PARECER Nº , DE 2003

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002, que *altera o artigo 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de forma a aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para dez meses.*

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2002, que tem por finalidade, ao alterar o art. 4º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, aumentar o período máximo de percepção do seguro-desemprego para dez meses.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição alega:

Uma das maiores faturas geradas pela política econômica implementada nos últimos anos está sendo penosamente paga por imenso contingente da população brasileira. É o aumento do desemprego. De acordo com a pesquisa mensal de emprego do SEADE-DIEESE, a taxa de desemprego total na região metropolitana de São Paulo aumentou de 14,2% para 17,6%, entre 1995 e 2000, situando-se em 17,9% da população economicamente ativa em janeiro de 2002. Comportamento este evidenciado nas demais regiões do Brasil.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

A Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, que alterou dispositivos da Lei nº 7.998, de 1990, ampliou a concessão do benefício para trabalhadores

desempregados por um período máximo variável de três a cinco meses de forma contínua ou alternada.

A Constituição Federal de 1988 determinou que 40% dos recursos provenientes das contribuições para o PIS e para o PASEP fossem direcionados ao BNDES para financiamento de programas de desenvolvimento econômico (financiamento das Exportações e Geração de Empregos). Os outros sessenta por cento dos recursos daquelas fontes são direcionados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Os recursos repassados ao Fundo permitem o financiamento de outros programas, quais sejam:

1. pagamento do benefício do seguro-desemprego:
 - a) para atendimento ao trabalhador desempregado;
 - b) para atendimento ao pescador artesanal;
 - c) para atendimento ao trabalhador doméstico.
2. qualificação profissional (SEFOR);
3. intermediação de mão-de-obra (SINE);
4. pagamento do abono salarial PIS-PASEP;
5. programa de geração de emprego e renda (PROGER);
6. programa de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF); e
7. programa de expansão do emprego e melhoria da qualidade de vida do trabalhador (PROEMPREGO).

Em 2000, as despesas do FAT foram da ordem de R\$ 10,106 bilhões e R\$ 10,867 bilhões, em 2001 (IGPDI - 31-12-2001, atualizado).

Em 2000, os dispêndios com o Seguro-Desemprego foram da ordem de R\$ 4,090 bilhões e R\$ 4,851 bilhões, em 2001 (atendimento ao trabalhador, bolsa qualificação, pescador artesanal e empregado doméstico). Com o Seguro-Desemprego formal foram gastos em 2000, R\$ 4,053 bilhões e R\$ 4,053 bilhões, em 2001.

Em 2000, o valor médio do benefício foi de 1,51 salários mínimos, com média de R\$ 951,36 para cada segurado, ou seja, 4,29 parcelas para cada segurado. Em 2001, o valor médio do benefício foi de 1,48 salários mínimos, com média de R\$ 1.008,24 para cada segurado, ou seja, 3,95

parcelas para cada segurado. Assim, na média, a preços atuais, cada nova parcela terá um acréscimo de R\$ 300,00.

Considerando a quantidade de requerentes em 2001, 4.769.000, o acréscimo de mais uma parcela representará à conta do FAT, dispêndio da ordem de R\$ 119.225.000,00 mensais e R\$ 1.430.700.000,00 anuais, ou seja, um impacto de 16,24%. Nesse contexto, há que se levar em consideração, também, a possibilidade de aumento do nível de desemprego

O acréscimo de cinco parcelas implica dispêndio adicional de R\$ 715.350.000,00 mensais e R\$ 8.584.200.000,00 anual, ou seja, 97,2% a mais, considerando os valores de referência do mês de abril de 2003.

Ademais, se o projeto for aprovado, este ensejaria um acréscimo no número de parcelas diretamente proporcional na concessão da Bolsa Qualificação e no Seguro-Desemprego do empregado doméstico.

Por outro lado, vale lembrar que as despesas do FAT, a partir de 1995, vêm crescendo em uma proporção muito maior do que as receitas e, em consequência, têm ocasionado um déficit primário cada vez maior, além de, a cada ano, apresentar o crescimento devido à correção anual do salário mínimo.

Não vemos, pois, como aumentar o número de parcelas na quantidade proposta, sob a ameaça de comprometer ainda mais o equilíbrio financeiro do FAT, considerando que o Governo Federal, para o exercício de 2003, já tem o grande desafio em relação ao Fundo, qual seja, o de reduzir o seu déficit primário.

Ao mesmo tempo é forçoso reconhecer que o Governo Federal que se instalou em 2003 não tem conseguido levar a bom termo a política do emprego no país e o desemprego vem aumentando em níveis consideráveis.

Assim, após o estudo da matéria entendemos que é necessário haver um acréscimo nas parcelas dentro de um nível que permita ao Codefat administrar o Fundo sem que o trabalhador fique prejudicado. Para tal bastaria a alteração do art. 2º da Lei Nº 8.900 de 30 de junho de 1994, passando de “três a cinco meses” para “quatro a seis meses”.

Entretanto o inciso IV do art. 7º da Lei Complementar Nº 95 de 26 de fevereiro de 1998, que “*Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal....*”, diz:

”IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.”

Ora não é sem razão que o projeto original altera a lei básica que é a Lei Nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990 e assim, para introduzir um período variável de quatro a seis meses nesta Lei, recorreremos ao substitutivo incorporando a ela o texto da Lei Nº 8.900 de 30 de novembro de 1994 já citada, que trata das condições em que a concessão do seguro desemprego se dará na variação pretendida.

III – VOTO

À vista do exposto, opinamos pela aprovação da proposição na forma do substitutivo que ora apresento:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art 4º da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de quatro a seis meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja duração será definida pelo Codefat.

§1º O benefício poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, observado o disposto no artigo anterior.

§2º A determinação do período máximo mencionado no *caput* deste artigo observará a seguinte relação entre o número de parcelas mensais do benefício do seguro-desemprego e o tempo de serviço do trabalhador nos trinta e seis meses que antecederam a data de dispensa que deu origem ao requerimento do seguro-desemprego:

I - quatro parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo seis meses e no máximo onze meses, no período de referência;

II - cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo doze meses e no máximo vinte e três meses, no período de referência;

III - seis parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo vinte e quatro meses, no período de referência.

§3º A fração igual ou superior a quinze dias de trabalho será havida como mês integral, para os efeitos do parágrafo anterior.

§4º O período máximo de que trata o *caput* poderá ser excepcionalmente prolongado em até dois meses, para grupos específicos de segurados, a critério do Codefat, desde que o gasto adicional representado por este prolongamento não ultrapasse, em cada semestre, dez por cento do montante da Reserva Mínima de Liquidez, de que trata o § 2º do art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

§5º Na determinação do prolongamento do período máximo de percepção do benefício do seguro-desemprego, o Codefat observará, dentre outras variáveis, a evolução geográfica e setorial das taxas de desemprego no País e o tempo médio de desemprego de grupos específicos de trabalhadores.” (NR)

Art. 2º Fica revogada a Lei nº8.900, de 30 de junho de 1994.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator